

O SÉCULO DA IMPRENSA N'OS MAIAS

Eduardo da Cruz

UFF/ PPRLB

RESUMO:

A partir da percepção da grande quantidade de referências a periódicos no romance *Os Maias* (1888), de Eça de Queirós, e dado o largo período do século XIX abarcado por seu enredo, buscamos fazer uma leitura na qual a história da imprensa periódica em Portugal e o romance iluminem-se mutuamente. As transformações sociopolíticas pelas quais o país passou desde a revolução liberal foram preponderantes para o desenvolvimento da imprensa. Assim, focando em algumas cenas do romance e no papel que os periódicos assumem na narrativa, acreditamos ser possível perceber como Eça via seu país e o que pretendia dele. Para isso, utilizamos como base de discussão, dialogando com *Os Maias*, o livro de José Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa*, cujo principal foco é precisamente a imprensa do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE:

Imprensa periódica; história; liberalismo; *Os Maias*.

ABSTRACT:

From the perception of the large amount of references to journals in the novel *Os Maias* (1888) of Eça de Queirós, and given the long period of the nineteenth century encompassed by its plot, we intend a reading in which the history of the periodical press in Portugal and this novel illuminate each other. The socio-political transformations through which the country has passed since the liberal revolution were prevalent in the development of the press. Thus, focusing on some scenes from the novel and the role that journals take on the narrative, we think we can see how Eça apprehended his country and what he wanted for it. For this, we used as a basis for discussion, in a dialogue with *Os Maias*, the book of José Tengarrinha, *History of the Portuguese Periodical Press*, whose main focus is the press of the nineteenth century.

KEYWORDS:

Periodical press; history; liberalism; *Os Maias*.

Se a arte de escrever foi o mais admirável invento do homem, o mais poderoso e fecundo foi certamente a imprensa. (Alexandre Herculano, “A Imprensa”)

O romance *Os Maias*, escrito durante quase uma década e publicado em volume em 1888¹, conta a história de três gerações da família Maia. Da juventude de Afonso, tido por seu pai como “o mais feroz jacobino de Portugal” (QUEIRÓS, 2000, p. 24) e que atirava foguetes de lágrimas à Constituição vintista, até o retorno de Carlos Eduardo da Maia no fim do livro, quase um século se passara e muita coisa havia mudado em Portugal. Se Eça, como afirma ao amigo Ramalho Ortigão em 1881, decidira pôr nesse romance tudo o que tinha no saco (QUEIRÓS, 1983), não faltariam críticas e comentários ao desenvolvimento da imprensa portuguesa ao longo do século XIX.

Essa suposição é incentivada por uma leitura rápida d’*Os Maias* – se é possível ler rapidamente as mais de seiscentas páginas do volume – onde aparece uma profusão de nomes de periódicos, tanto portugueses quanto estrangeiros. Isso chama a atenção do leitor para a importante presença da imprensa periódica na sociedade vista pelo olhar aguçado de Eça de Queirós. Fazendo-se um levantamento um pouco mais detalhado, fica mais aparente a participação desse tipo de publicação na composição da obra romanesca. São mais de sessenta citações de mais de vinte e cinco periódicos diferentes ao longo do texto, dos quais mais de quatro quintos são portugueses (fictícios ou reais) e alguns ingleses e franceses. Afinal, Eça, tal como os românticos, defende o papel social da imprensa:

O jornalismo, na sua justa e verdadeira atitude, seria a intervenção permanente do País na sua própria vida política, moral, religiosa, literária e industrial.

Mas esta intervenção nos factos, nas ideias, para ser fecunda, elevada, para ter um carácter de utilidade pública e largas vias sociais, deve ser preparada pela discussão e pelo esclarecimento da direcção governativa, do estado geral dos espíritos, do vigor das consciências, da situação pública, da virtude das leis. (QUEIRÓS, 1981, p. 299.)

Obviamente, como Eça é um observador arguto da sociedade e do século XIX, ele presencia um grande desenvolvimento da imprensa. *Os Maias* não é o único livro de Eça de Queirós em que aparecem citações a obras periódicas. Logo na abertura d’*O primo Basílio* (1878), encontramos Luísa a ler o *Diário de Notícias*. No semipóstumo *A illustre casa de Ramires*, é nas páginas do *Panorama* que Gonçalo busca inspiração para

¹ “Por outro lado, sabemos que *Os Maias* foi talvez o trabalho que Eça mais tempo teve em mãos: começou a trabalhar no romance por volta de 1880 e só terminou em 1888, data em que o publicou após várias peripécias editoriais.” (LIMA, 1987, p. 268.)

sua novela *Torre de D. Ramires*. Tal como nesses dois romances, as indicações de periódicos n' *Os Maias* ajudam a caracterizar uma personagem ou uma cena, inclusive datando-a.

Isabel Pires de Lima (1987) procura mostrar que *Os Maias* “podem ser lidos e explicados como expressão coerente, no plano do imaginário, do percurso da desistência da Geração de 70 e da consciência desistente dos Vencidos da Vida” (p. 39). Acreditamos que esse romance de Eça, mais do que uma desistência, ressalta o Portugal que atravessa o século XIX, com seus problemas e seu progresso, com suas idas e vindas. Assim, procuramos ler n' *Os Maias* uma relação ainda mais intrínseca com a imprensa portuguesa da época do que simples paródia de sua fraqueza. Vejamos um comentário da época, o de Fialho d'Almeida. Ele argumenta que *Os Maias*

[...] revestem a fisionomia dum livro estrangeiro, que não conhecendo a vida portuguesa senão exterioridades, cenas de hotel, *artigos de jornais*, e *comptendus de repórteres palavrosos*, desandasse a apreciar-nos através de três ou quatro observações mal respigadas, e a inferir por intermédio da fantasia satírica, tudo o mais. (MATOS, verbete “Os Maias”, 1988, grifos nossos.)

Ora, o que Fialho vê como defeito, entendemos como um dos pontos de crítica social de Eça. Pelo amplo espaço dado neste romance ao periodismo e por o enredo abarcar grande parte do século XIX, acreditamos ser possível ampliar a análise da relação entre imprensa e obra literária n' *Os Maias*. Assim, a proposta deste artigo é seguir um caminho dialético: mostrar, a partir das cenas do romance, a evolução da História da imprensa periódica portuguesa – que acompanha as transformações pelas quais Portugal passou desde a revolução liberal –, e o papel que esse tipo de publicação assume na narrativa. Acreditamos que a relação do texto com a imprensa periódica ajudará a perceber como Eça via seu país e o que pretendia dele.² Para isso, utilizamos como base de discussão, dialogando com *Os Maias*, o livro de José Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa*, cujo principal foco é precisamente a imprensa do século XIX.

Quando Afonso da Maia ainda era um jovem com um furor revolucionário que “consistira em ler Rousseau, Volney, Helvécio, e a Enciclopédia; em atirar foguetes de lágrimas à Constituição; e ir de chapéu à liberal e alta gravata azul, recitando pelas lojas maçônicas odes abomináveis ao Supremo Arquiteto do Universo” (QUEIRÓS, 2000, p. 24), a imprensa periódica em Portugal ainda era muito incipiente. Antes do dia 24 de

² “*Os Maias*, que tem como subtítulo ‘Cenas da vida romântica’, é um romance de franca avaliação de quase meio século de vida democrática, de abertura às outras culturas, onde vemos impressas as perguntas ‘O que somos?’ e ‘O que queremos ser?’ Garrett deu a isto uma resposta sem dúvida alguma mais otimista que Eça. De todo modo, não há nestes dois escritores uma desistência absoluta em relação ao que vinha sendo feito em Portugal.” (DAVID, 2008, p. 120.)

agosto de 1820, só se publicavam, em todo o império português, meia dúzia de periódicos e, apesar dos “foguetes de lágrimas” de Afonso, a Revolução Liberal não derrubou a censura prévia. Porém, o problema da liberdade de imprensa estava lançado e foi uma das primeiras preocupações das Cortes. Os liberais defendiam que a imprensa deveria ser livre para informar o governo e os cidadãos o que se passava no país – era a base de apoio ao sistema constitucional e um dos principais meios de conscientização cívica.

Como a liberdade de imprensa surge num momento de convulsão política, há um forte desenvolvimento no século XIX da imprensa de opinião. Em 1821 já eram trinta e nove novos jornais em todo o império. Contudo, Portugal tinha um grande atraso técnico frente aos demais países europeus e poucas tipografias. Além disso, como a estabilidade do novo regime ainda era baixa frente às forças reacionárias absolutistas, muitos projetos não saíam do papel, inclusive com medo de se acirrare os ânimos. A própria resolução liberal de Afonso foi facilmente vencida por seu pai, Caetano da Maia, com um “exílio” forçado em Santa Olávia. Quando da Abrilada, Afonso já estava em Inglaterra divertindo-se com as corridas. Assim, a censura prévia só foi completamente extinta de fato em 1834, após a vitória das forças constitucionais.

Antes disso, com a morte de seu pai, Afonso retornou a Portugal, sob o governo absolutista de d. Miguel. O “jacobino” Maia já não era tão revolucionário, mas seus desejos de mudança foram suficientes para que as forças repressivas invadissem sua casa de Benfica. Como “os tempos iam bem duros”, resolveu-se a ir para o exílio em Inglaterra com mulher e filho, seguindo o caminho que muitos liberais precisaram fazer. Dura era a perseguição à Imprensa durante o miguelismo, o que fez com que o número de periódicos diminuísse drasticamente. Na Inglaterra, ele teve contato com “nobre e rica literatura inglesa” (QUEIRÓS, 2000, p. 28), assim como outros exilados. Os portugueses no exterior utilizavam a imprensa com três objetivos: conservar o fogo revolucionário nos emigrados, embora por vezes combatendo-se nas facções que se dividiam – o que era duramente criticado por Afonso –; tentar espalhar as ideias liberais em Portugal por meio do ingresso clandestino de folhas no país; e convencer os governos estrangeiros da possibilidade de vitória liberal e conseguir seu apoio.

O papel desempenhado pelos jornais durante a segunda emigração foi da maior importância. Redigidos por alguns dos maiores vultos das nossas letras (entre os quais se destacava Garrett), são notáveis, não apenas pela vibração e vigor da linguagem, no mais puro estilo jornalístico de combate, mas igualmente pela apresentação gráfica e cuidada impressão. Foi, sem dúvida, uma das mais poderosas armas de que os liberais se serviram nessa luta que, no princípio da emigração, se afigurava com tão fracas possibilidades de êxito. (TENGARRINHA, 1989, p. 144.)

Esses intelectuais, ao retornarem a Portugal, implementaram uma série de mudanças na imprensa, tanto no conteúdo quanto na forma, inspirados pelos jornais europeus. Apesar de uma série quase ininterrupta de importantes acontecimentos que convulsionam a sociedade portuguesa profundamente e que dura até a Regeneração (1851), há uma evolução – muito irregular, marcada por ascensões bruscas alternando com quedas vertiginosas no número de publicações periódicas – no desenvolvimento da imprensa, que “foi verdadeiramente prodigioso, constituindo porventura a fase mais brilhante do nosso jornalismo” (TENGARRINHA, 1989, p. 148). Nesse período, a oratória e o jornalismo estavam intimamente ligados: o estilo jornalístico da época não consegue fugir à influência dela e se impregna do tom característico da eloquência parlamentar.

Observando a relação de periódicos que aparecem na narrativa desse período n' *Os Maias*, nota-se que é praticamente nula, mesmo em relação ao trecho que narra a vida de Pedro da Maia. Até a morte deste, apenas dois periódicos são citados no livro. Isto não quer dizer, claro, que Eça dê pouca importância às publicações dessa época. Afinal, lembremos, o *Panorama* é consultado por Gonçalo Ramires várias vezes. Acontece que a narração parece mais ágil e menos detalhista nos dois capítulos iniciais, onde encontramos as vidas de Afonso e Pedro da Maia, reservando todo o resto do romance ao Carlos Eduardo. Mesmo assim, é preciso atentar a essas duas aparições, que não são mero detalhe de composição realista.

O poeta Alencar fala, na primeira vez que vê Maria Monforte: “É como um ducado de ouro novo entre velhos patacos do tempo do senhor D. João VI”. Em seguida, há o comentário: “O Magalhães, esse torpe pirata, pusera o dito num folhetim do *Português*. Mas o dito era dele, Alencar!” (QUEIRÓS, 2000, p. 35). Um trecho aparentemente sem importância revela um fato cultural muito em voga na época e o estilo trabalhado de Eça. Estamos nos referindo, é claro, à questão da propriedade literária. Alencar começa falando justamente de dinheiro e valor. O próprio dito é roubado, ou pirateado – termo amplamente utilizado ainda hoje para roubos de propriedade intelectual –, como se fosse o próprio ducado de ouro novo em meio aos velhos patacos de sua literatura. Apesar do valor de sua criação, Alencar não recebera nada por isso, nem o mérito de ter sido seu criador. Contra essa pirataria batem António Feliciano de Castilho e Alexandre Herculano, principalmente quando eram os redatores, respectivamente, dos semanários *Revista Universal Lisbonense* e *Panorama*. Castilho, inclusive, utiliza repetidamente o termo “pirata” para esse tipo de roubo e chega ao ponto de, tal como Alencar, apontar nas páginas de sua revista o que saiu em outro periódico sem indicação da verdadeira autoria. Ainda não se pensava em dinheiro

referente a essa produção, apenas no respeito ao autor, entretanto, pouco mais tarde, Almeida Garrett e Herculano serão os pivôs de uma polêmica sobre a questão financeira da propriedade literária levantada pela perspectiva de um acordo sobre esse assunto que seria assinado com a França.

A outra pequena referência a um periódico nessa parte do romance aparece quando do casamento de Pedro e Maria Monforte. Após insistir com o pai que iria se casar, Pedro da Maia sai de casa. Dois dias depois, Vilaça anuncia a Afonso que Pedro havia se casado e “junto ao talher de Pedro estava o número da *Grinalda*, jornal de versos que ele costumava receber...” (QUEIRÓS, 2000, p. 41). Haveria título mais propício a aparecer no momento da revelação do casamento do que *Grinalda*? Tal como a cena em que Afonso vê a sombrinha vermelha de Maria Monforte e imagina o sangue que mancha a história da família dela, olhar o título desse jornal de versos deve ter feito com que o velho Maia imaginasse toda a cena do matrimônio. O aparecimento desse jornal na narrativa não se limita a isso, mas também a enfatizar o caráter de Pedro e a localizar cronologicamente o acontecimento. Pedro, apaixonado, sentimental, sem a força dos Maias, deixando-se levar pelas emoções (tanto na morte da mãe quanto no amor pela Monforte), não seria marcado como um assinante de um jornal de negócios ou política, apesar de patuleia, mas de um periódico literário de poesia, reforçando o seu temperamento romântico. A *grinalda*, neste caso, não é da noiva, mas do filho de Afonso. O título do periódico também auxiliará o leitor a identificar quando foi o casamento. Após o almoço, “o papagaio, muito patuleia e educado por Pedro, rosnava injúrias aos Cabrais” (QUEIRÓS, 2000, p. 42) e a cena termina com Afonso perguntando: “– Então, Vilaça, o Saldanha lá foi demitido do Paço?...”. Ora, o Saldanha foi o presidente do conselho de ministros após a guerra civil que se seguiu à Maria da Fonte e à Patuleia, entre 6 de outubro de 1846 e 18 de junho de 1849, quando o governo cai novamente nas mãos do Conde de Tomar, e também no golpe da Regeneração, em 1º de maio de 1851, e fica até ser substituído por Loulé em 6 de junho de 1856. (MARTINS, 1996, anexo B). O periódico literário do Porto, *A Grinalda*, é publicado a partir de 1855 (TENGARRINHA, 1989, p. 335), confirmando o casamento de Pedro em junho de 1856.

Aliás, o período do cabralismo foi muito duro para a imprensa. Desde o enfraquecimento do governo setembrista, há um recrudescimento na relação entre governo e imprensa. António Bernardo da Costa Cabral tinha a Câmara a seu favor para criar leis repressivas, e seu irmão, José Bernardo, como governador civil de Lisboa, tinha o braço armado usado contra os periodistas. Uma legislação mais dura e o uso de violência contra jornalistas e tipografias (ou por agentes do governo civil ou por arruaceiros pagos por esse governo) eram comuns. Os jornais políticos oposicionistas

eram os mais duramente perseguidos. Muitos jornalistas foram presos e algumas publicações passaram a ser impressas clandestinamente durante a Patuleia. Como a maioria das medidas restritivas não atingia os periódicos literários e científicos – esses recebiam, inclusive, certo apoio governamental e da própria rainha –, essas publicações tiveram um desenvolvimento notável, encontrando-se em pé de igualdade com o que melhor se fazia na Europa (TENGARRINHA, 1989, p. 175). Nas palavras de Júlio César Machado:

Como eram bem feitos, como eram bem pensados e bem dirigidos alguns jornaes litterarios d’esse tempo, o *Panorama*, a *Revista Universal Lisbonense!*

Dizia Manuel Passos:

– Se acabarem a *Revista* e o *Panorama*, o melhor será não haver senão um jornal, o que publicar os actos e manifestos do governo; porque esse ninguém o lê.

E acabaram. (MACHADO, [s.d.], p. 211.)

Essas publicações, embora de caráter literário, não deixavam de abordar, mais ou menos veladamente, as questões sociais e políticas. Basta ver o caso, por exemplo, da *Revista Universal Lisbonense*, que publica, em 1842, trechos de *Eurico, o presbítero* e as “Cartas sobre a História de Portugal”, de Herculano, com críticas ao seu tempo, e as *Viagens da minha terra*, de Garrett, no ano seguinte, que chega a ter sua publicação interrompida.³

É apenas a partir do relato da vida adulta de Carlos Eduardo da Maia que os periódicos parecem se destacar no romance. É com a Regeneração que se abre um período de grandes facilidades para a Imprensa, que se estende até o começo do reinado de d. Carlos, quando volta uma série de repressões. Com a revogação da “Lei das Rolhas”, contra a qual protestaram vários intelectuais e jornalistas, o número de periódicos cresceu rapidamente. No decênio de 1850 a 1859 foram, em média, trinta e cinco novos periódicos por ano. Essa média subiu para sessenta e sete no decênio de 1860 a 1869; noventa entre 1870 e 1879; e cento e oitenta e quatro entre 1880 e 1889 (TENGARRINHA, 1989, p. 184).

A partir de 1834, além do pessoal da tipografia, um jornal de certa importância era, em geral, constituído por: um editor (responsável perante as autoridades); um redator-responsável; um ou dois noticiaristas encarregados da tradução das folhas estrangeiras (esta era, segundo Maria Eduarda, a ocupação do sr. Guimarães, tio de Dâmaso Salcede, no *Rappel*, jornal republicano francês) e da informação nacional

³ “A interrupção teve caráter claramente político. Só antes da interrupção, em dezembro de 1843, havia pequenas notas assinadas pela redação que parecem querer retirar as *Viagens* do incômodo lugar de ‘obra política’, o que só demonstra que o cabralismo reagia nos bastidores.” (DAVID, 2007, p. 139.)

(sobretudo relatos das sessões das Câmaras); e um folhetinista. Começa o desenvolvimento de “cartas ao redactor”, que estabelece uma comunicação estreita e constante entre o jornal e o leitor. Apenas a partir de meados do século que surge a figura do revisor. Havia, entretanto, os colaboradores eventuais, que são mais ou menos identificados com a política do jornal. Em Portugal, pode-se dizer que todos os grandes nomes das Letras e do pensamento do século XIX colaboravam assiduamente na imprensa periódica. Os jornalistas atingem, então, relevo na vida intelectual.

Carlos Eduardo foi, desde a época de estudante, colaborador de periódicos. Ainda em Coimbra, quando se interessava mais por Literatura do que pela Medicina, publicou, n’*O Instituto*, sonetos e um artigo sobre Partenão. Ele também publicou artigos, “com requintes de estilista”, na *Gazeta Médica*. Entretanto, sua ideia, apresentada neste periódico, de inocular vírus para prevenir epidemias, foi troçada como fantasista. Esse ar de intelectual ficava bem nos salões da aristocracia, mas junto à clientela, aliado à existência do próprio laboratório científico e pelo fato de ser bonito e elegante, prejudicava-o. Não era assim que viam os médicos. Contudo, Maria Eduarda o encorajava a trabalhar e a contribuir para o desenvolvimento do país. Por isso, ele voltara a se dedicar a seus artigos quando estava com ela na *Toca*.

Os periódicos românticos tinham uma função social, porém, no último quartel do século, a desilusão impedia esse tipo de impulso. Como Carlos estava feliz com Maria Eduarda, Ega

[...] lembrou então a sua velha ideia do Cenáculo, representado por uma revista que dirigisse a literatura, educasse o gosto, elevasse a política, fizesse a civilização, remoçasse o carunchoso Portugal... Carlos, pelo seu espírito, pela sua fortuna (até pela sua figura, ajuntava o Ega rindo), devia tomar a direção deste movimento. (QUEIRÓS, 2000, p. 506.)

A ideia não foi levada a cabo. A culpa não foi apenas do rumo dos acontecimentos, com a revelação da relação incestuosa de Carlos e Maria Eduarda, mas da mentalidade em voga no país, como o próprio Ega comentara antes com Afonso da Maia, quando este o questionou sobre sua produção:

Ega queixou-se do país, da sua indiferença pela arte. Que espírito original não esmoreceria, vendo em torno de si esta espessa massa de burgueses, amodorrada e crassa, desdenhando a inteligência, incapaz de se interessar por uma ideia nobre, por uma frase bem feita?

– Não vale a pena, Senhor Afonso da Maia. Neste país, no meio desta prodigiosa imbecilidade nacional, o homem de senso e de gosto deve limitar-se a plantar com cuidado os seus legumes. Olhe o Herculano... (QUEIRÓS, 2000, p. 374.)

Enquanto não vinha a revolução que fizesse “subir à superfície alguns dos elementos originais, fortes, vivos” (QUEIRÓS, 2000, p. 375), não havia o que fazer além de plantar legumes. A vida parecia mesmo amodorrada, como mostra a relação dos burgueses com os periódicos daquela época. Dois senhores liam jornais durante a apresentação do Cruges no Sarau da Trindade. Há várias *ilustrações*, folheadas para passar o tempo, sem se atentar a nada. O Dâmaso aparece algumas vezes folheando a *Ilustração* ou o *Figaro*, ou para passar o tempo ou em busca de fofocas sobre elegantes. Mesmo a *Revista de Dous Mundos*, recebida pelo correio, e acompanhando também o Craft e o Gouvarinho, era lida pelo Carlos no consultório para passar o tempo enquanto aguardava os doentes, que não vinham. A maior preocupação dos personagens quando leem os jornais parece ser o *high-life*.

A grave crise ideológica da burguesia no último quartel do século XIX criou uma nova atitude, fazendo com que o público tivesse menos interesse pela opinião e mais pela informação objetiva e pelo pendor sensacionalista (TENGARRINHA, 1989). Eça parece criticar essa mudança de comportamento. Dois jornais são ridicularizados: *A Corneta do Diabo* e *A Tarde*.

O primeiro é um jornal humorístico. Esse tipo de periódico com conteúdo político teve grande projeção, começando com o *Suplemento Burlusco ao “Patriota”*, que surge em 1847. Havia um número considerável desses jornais a partir do terceiro quartel, como *As Farpas* e os ilustrados com caricaturas de Bordalo Pinheiro. É na *Corneta*, do imoral Palma Cavalão desde que ele comprara o *Apito*, que se publica o artigo de Dâmaso em troca de dinheiro. O editor acaba por vender todo esse número do jornal ao Carlos, mostrando que alguns editores estavam mais interessados no lucro do que nas ideias, diferentemente dos grandes periódicos “de pilhérias”, como diria Eusebiozinho, com críticas políticas e sociais, como os patuleias ou os do Bordalo. Na *Tarde*, jornal dirigido pelo deputado Neves, sai a carta de retratação de Dâmaso, que estava em poder do Ega. Esta é uma das cenas mais interessantes, segundo o próprio Eça.⁴ Antes de aceitarem a publicação, questionam quem seria o Dâmaso, visto que este jornal apenas publica artigos de seus correligionários políticos e ataca seus opositores.

Colocar o dinheiro acima de todas as coisas é o verdadeiro “mal do século” e já era prática atacada por escritores românticos. O mundo capitalista apenas visa o lucro e a acumulação. Ega, que precisava compor sua fantasia de Mefistófeles, embrulha

⁴ Eça de Queirós solicita ao seu amigo Oliveira Martins que anuncie a publicação da obra e recomende-lhe os melhores episódios em carta de 12/06/1888: “*Os Maias* saíram uma coisa extensa e sobrecarregada em dois grossos volumes! Mas há episódios bastante toleráveis. Folheia-os, porque os dois tomos são volumosos de mais para ler. Recomendo-te as cem primeiras páginas; certa ida a Sintra; as corridas; o desafio; a cena no jornal *A Tarde*; e, sobretudo, o sarau literário. Basta ler isso, e já não é pouco. Indico-te, para não andares a procurar através daquele imenso maço de prosa”. (Verbete “(Os) Maias, episódios da vida romântica”, do *Dicionário de Eça de Queiroz* – grifos nossos.)

espadas dos Maias – que nunca brilharam sem glórias, dizia o velho Afonso da Maia – no *Jornal do Comércio*. O passado, a honra, as glórias, a história da família Maia, embrulhada como mercadoria no jornal cujo título vem mesmo a calhar.

No Portugal da Regeneração, um cargo na política ajuda a alcançar prestígio e dinheiro. Basta ver o caso do administrador Vilaça, que esperava ganhar reconhecimento em seu grupo político por o Carlos abrir em Lisboa um consultório e ficava feliz quando seu nome aparecia nos jornais. É também o Vilaça que prefere dinheiro ao valor de uma obra literária, quando chega a Carlos Eduardo oferecendo um negócio de dois contos de réis, enquanto o que o médico desejava era inspiração e “alguma lucidez do espírito” para escrever seu artigo para a *Gazeta Médica*, ao que Vilaça, prosaico, exclama:

– Quer V. Ex.^a dizer que antes queria escrever uma bonita página do que receber assim quinhentas libras? São gostos, meu senhor, são gostos... É bom sair-se a gente um Herculano ou um Garrett, mas dous contos de réis, são dous contos de réis. Olhe que sempre valem um folhetim. Enfim, o negócio é este. (QUEIRÓS, 2000, p. 250.)

Por falar em dinheiro, não podemos esquecer que na obra de Eça de Queirós também há pobres! E com o alargamento do número de alfabetizados e a redução do preço dos periódicos, mais gente passa a ler. Se no início do relato da vida de Carlos, em Santa Olávia, Mr. Brown lia o *Times*, os empregados portugueses das casas burguesas também eram leitores, mas de noticiários. Eduardo Coelho, em 1865, faz o mesmo que já tinham feito em França Milhaud, Girardin e Villemessat: aumentar a tiragem para baixar o preço do exemplar e conseguir mais anúncios, assim dirige-se o jornal a uma camada mais vasta de leitores não com um jornal de opinião, mas de notícias, sem filiação partidária. Devido a seu público-alvo, sua qualidade não era das melhores, como ironiza Eça ao ver sua cozinheira com o *Jornal de Notícias*: “– A Senhora Josefa, solteira, de temperamento sanguíneo, artista culinária de ‘Vila Balzac’, e como se pode observar pelo papel que lhe pende das garras, cultora das boas letras!” (QUEIRÓS, 2000, p. 152). Walter Benjamin, em “Paris do Segundo Império”, analisa a imprensa francesa no século XIX e aponta que “dificilmente a história da informação pode ser escrita separando-a da corrupção da imprensa” (1989, p. 24), justamente por essa necessidade do jornal de se manter no mercado editorial.

É a notícia, e não a opinião política nem o romance-folhetim, que proporciona o aspecto de novidade ao jornal. Em Portugal, o primeiro periódico a dar atenção à notícia foi a *Revista Universal Lisbonense*, de António Feliciano de Castilho, que abre uma seção para este fim. Os periódicos preponderantemente noticiosos não tinham

preocupação com a atualidade, o que só começa com o *Figaro* em 1856. Havia, então, três formas de as notícias chegarem ao jornal: correspondentes nas províncias ou leitores que escreviam contando qualquer fato de interesse; a partir de edições de outros jornais nacionais e estrangeiros; recolhidos pela redação nos círculos políticos sem grande cuidado de verificar a exatidão. Com o desenvolvimento das comunicações, as notícias estrangeiras chegam mais rapidamente, e, a partir da metade do século, começam os repórteres para o noticiário local em vez de o redator aguardar que algo lhe chegue às mãos. Apoiando-se nas agências de notícias estrangeiras, os periódicos do último quartel do século XIX dão amplo espaço ao noticiário internacional, servindo a uma mentalidade mais cosmopolita. Ou seria menos nacionalista e com menos originalidade, tal como as botas que os rapazes usam copiando o modelo estrangeiro? Afinal, Castilho percebera quando dirigia a *Revista Universal Lisbonense*, ao insistentemente pedir o envio de notícias nacionais, o mesmo que Benjamin afirma que Villemessant, o fundador do *Figaro*, percebeu. O saber que vem de longe importa menos aos leitores do que a informação sobre acontecimentos próximos. Isso porque a informação aspira a uma verificação imediata e precisa ser plausível e completamente compreensível, ao contrário da narrativa. No tempo de Carlos Eduardo da Maia, interessa mais o que é relatado no jornal francês – sem verificação – do que a situação nacional.

O que se passa no país parece ter deixado de interessar e o que é português passa mesmo a ser menosprezado. Craft diz que lia um artigo sobre a decadência do protestantismo em Inglaterra, quando chegaram Carlos e Ega vestido de Mefistófeles. A problemática religiosa em Portugal, atacada ironicamente pela figura satânica da fantasia de João da Ega, não parece levantar maiores comentários. Batista, ao ler o *Jornal da Noite*, diz a Carlos que é impossível saber se houve alguma coisa em França ou se continua tudo um sossego “porque esses jornais portugueses imprimem sempre os nomes estrangeiros errados” (QUEIRÓS, 2000, p. 142). Parece que só Maria Eduarda, que vem da Europa, parece entender que por trás do luxo e do progresso, há criancinhas com fome e frio em Londres.

De qualquer forma, o que mais chama a atenção nas publicações periódicas que aparecem n' *Os Maias* são, na verdade, os relatos da alta sociedade. A *Gazeta Ilustrada* parece ser o veículo preferido para esse fim. É nesse jornal que João da Ega publica seu texto sobre os Cohens, que foi amplamente comentado no “cenáculo” do Ramalhete:

– Você, Craft, não conhece Lisboa! Todo o mundo acha isto muito natural. É íntimo da casa, celebra os donos. É admirador da mulher, lisonjeia o marido. Está na lógica, cá da terra. Você verá que sucesso vai ter... E lá que o artigo está lindo, isso está! (QUEIRÓS, 2000, p. 212.)

O marquês estava certo! Esse tipo de texto faz sucesso. É no *high-life* dos jornais que uns personagens ficam sabendo o que se passa com outros. Na *Gazeta Ilustrada*, o Ega fica sabendo do retorno dos Cohens; e Dâmaso lê que o Castro Gomes, no Porto, estava restabelecido; Carlos diz ao Steinbroken que soubera da ida da família real a Sintra pela *Gazeta Ilustrada*; a *Gazeta do Chiado* anuncia que na casa dos Cohen foi lido um trecho do livro *Memórias de um Átomo*; Ega lê em vários jornais os comentários sobre o sarau da Trindade, que prometiam detalhes críticos posteriormente, enquanto a *Gazeta* alargava a notícia e ainda comentava sobre as pessoas da plateia, inclusive o Ega, elogiosamente, o que faz com que ele enalteça o periódico. É pelo *high-life* da *Gazeta* que o narrador conta que Carlos e Ega viajaram:

Semanas depois, nos primeiros dias de ano novo, a *Gazeta Ilustrada* trazia na sua coluna do *High-life* esta notícia: “O distinto e brilhante *sportman*, o Senhor Carlos da Maia, e o nosso amigo e colaborador João da Ega, partiram ontem para Londres, de onde seguirão em breve para a América do Norte, devendo daí prolongar a sua interessante viagem até ao Japão. Numerosos amigos foram a bordo do *Tamar* despedir-se dos simpáticos turistas. Vimos entre outros os senhores Ministro da Finlândia e o seu secretário, o Marquês de Sousela, Conde de Gouvarinho, Visconde de Darque, Guilherme Craft, Teles da Gama, Cruges, Taveira, Vilaça, General Sequeira, o glorioso poeta Tomás de Alencar, etc., etc. O nosso amigo e colaborador João da Ega fez-nos, no último *shake-hands*, a promessa de nos mandar algumas cartas com as suas impressões do Japão, esse delicioso país de onde nos vem o sol e a moda! É uma boa nova para todos os que prezam a observação e o espírito. *Au revoir!*” (QUEIRÓS, 2000, p. 667.)

O narrador cede espaço ao jornalismo para informar a partida de Carlos Eduardo da Maia e de João da Ega. Tal como dissemos antes, é notícia sem opinião e com valorização da alta sociedade. Isto é bem diferente do que Eça defendia em 1867 quando escreveu no *Distrito de Évora* uma crítica do jornalismo para examinar suas doutrinas e discutir seus resultados:

O jornalismo não deve ser sempre a expressão mais ou menos real das ideias recebidas; ele não é somente o arquivo da opinião moderna; a repercussão dum impressão geral; ele é o motor dos espíritos, descobre novas e fecundas relações sociais entre os povos dum mesmo continente; ele consagra e robustece a solidariedade moral que liga os homens, a fraternidade que os prende; o jornalismo ensina, professa, alumia sobretudo; é ele o grande construtor do futuro; não é só o facto de hoje que o prende – isso é o de menos – é o facto que o futuro contém: ele vai das relações presentes às relações futuras e mostra revolução lenta, serena, imensa, pela qual a humanidade transforma e refaz o seu destino no sentido da justiça. (QUEIRÓS, 1981, p. 302.)

O século XIX viu a imprensa periódica se desenvolver em Portugal. No ano de publicação d' *Os Maias*, mais de cento e oitenta novas publicações surgiam. É um grande crescimento frente às meras seis de 1820. Malgrado este progresso, a sociedade portuguesa não era o que Eça gostaria que fosse. Carlos e Eça, no fim do romance, gritam que ainda apanharão o americano. O desejo de revolução e de desenvolvimento do país é patente, o que não impede uma crítica à imprensa do fim do século e ao seu papel. Faltava ao jornalismo voltar a ser o “motor dos espíritos”.

João da Eça reabilitou o poeta romântico Alencar, o único que seria “genuíno” em meio a uma sociedade postiça. A sociedade portuguesa sofreu muitas transformações naquele século, mas seria preciso correr mais e voltar-se mais para os problemas do país. Para continuar a “revolução lenta, serena, imensa” da humanidade, a imprensa precisa ajudar a “construir o futuro”. A apresentada no romance, diferentemente da imprensa romântica – de opinião e trabalhando para a educação dos portugueses –, parece colaborar nesse desânimo e formar uma opinião de falhanço. Para Eça, não é acompanhando a vida dos elegantes e *sportmen*, as “celebridades” da época, que se alcança o “americano”!

REFERÊNCIAS:

BENJAMIN, Walter. *Paris do Segundo Império*. In: _____. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasilense, 1989.

DAVID, Sérgio Nazar. “Ao Conservatório Real” e Frei Luís de Sousa no conjunto da obra madura de Garrett (1843-1854). In: NEVES, L. et alii (Orgs.). *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

_____. *De estrangeiros, estrangeirados, imigrantes e proscritos*. Almeida Garrett e Eça de Queirós no espelho da Europa. Viagem e história social. Portugal ontem e hoje. In: VILAS-BOAS, Gonçalo; OUTEIRINHO, Maria de Fátima (Orgs.). *Cadernos de Literatura Comparada, Revista do Instituto de Literatura Comparada da Universidade do Porto*, n. 18, 2008, p. 107-127.

HERCULANO, Alexandre. *A imprensa*. In: _____. *Opúsculos*. t. VIII. Amadora: Livraria Bertrand, s.d.

LIMA, Isabel Pires de. *As máscaras do desengano: para uma abordagem sociológica de Os Maias de Eça de Queirós*. Lisboa: Caminho, 1987.

MACHADO, Júlio César. *Lisboa de hontem*. Lisboa: Empreza Litteraria de Lisboa, s.d.

MARTINS, Oliveira. *Portugal contemporâneo*. v. II. Lisboa: Guimarães Editores, 1996.

MATOS, A. Campos (Org.; Coord.). *Dicionário de Eça de Queiroz*. Lisboa: Editorial Caminho, 1988.

QUEIRÓS, Eça de. *Correspondência*; CASTILHO, Guilherme de (Org.). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

_____. *A ilustre casa de Ramires*. São Paulo: O Estado de São Paulo; Klick Editora, 1999.

_____. *O primo Basílio*. Rio de Janeiro: O Globo; Klick Editora, 1997.

_____. *Os Maias*. Ediouro: Rio de Janeiro, 2000.

_____. *Páginas de jornalismo: “O Distrito de Évora” (1867)*. Nota introdutória e revisão do texto por Aníbal Pinto de Castro. v. II. Porto: Lello & Irmão, 1981.

TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2. ed. rev. e aum. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

MINICURRÍCULO:

Eduardo da Cruz é Doutorando em Estudos de Literatura pela UFF, com pesquisa sobre a *Revista Universal Lisbonense* de António Feliciano de Castilho. É Mestre em Ciência da Literatura pela UFRJ (2009), com pesquisa sobre Alexandre Herculano. Possui Licenciatura em Letras pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ (2005) e Pós-Graduação Lato Sensu em Literatura Portuguesa e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela UFRJ (2006). Atuou como professor na rede pública de ensino e como substituto nas disciplinas Literatura Portuguesa e Teoria Literária na FFP/UERJ. É membro do Polo de Pesquisa sobre Relações Luso-Brasileiras do Real Gabinete Português de Leitura. É Assistente Administrativo na UFF.